



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da UniuV para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue **TODO O MATERIAL** recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Use o espaço na capa do caderno de prova para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 19 de março de 2012.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

1. Assinale a alternativa correta quando aos direitos e garantias fundamentais, de acordo com a Constituição Federal:
- A () É cabível a concessão de "habeas-corpus", sempre que alguém se encontrar sob coação ou ameaça à sua liberdade de locomoção.
 - B () O “habeas-data” é remédio de urgência e tem como objetivo permitir que o interessado retifique dados pessoais e informações em processo administrativo.
 - C () O “mandado de injunção” foi o instrumento criado pela Constituição de 1988, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.
 - D () Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
 - E () O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pela Mesa do Senado Federal.
2. Assinale a alternativa correta quanto à nacionalidade, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal:
- A () Aos portugueses com residência permanente no País serão atribuídos os mesmos direitos inerentes aos brasileiros.
 - B () São considerados brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
 - C () São privativos de brasileiro nato, entre outros, os cargos: da carreira diplomática, de Presidente da Câmara dos Deputados, e de oficial das Forças Armadas.
 - D () Quem tiver anulada sua Certidão de Nascimento, por despacho judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, perderá a nacionalidade brasileira.
 - E () Em caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território, será declarada a perda da nacionalidade brasileira.
3. Assinale a alternativa incorreta quanto aos direitos políticos, conforme estabelecido pela Constituição Federal:
- A () A idade mínima para candidatar-se a Prefeito é de 21 (vinte e um) anos.
 - B () Ter domicílio eleitoral na circunscrição para a qual pretende concorrer é uma das condições de elegibilidade.
 - C () Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
 - D () A idade mínima para candidatar-se a Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador é de 18 (dezoito) anos.
 - E () O militar alistável é elegível, entre outras hipóteses, se contar menos de dez anos de serviço e afastar-se da atividade.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

4. Assinale a alternativa correta, conforme o disposto na Constituição Federal:
- A () Lei ordinária especial disciplinará sobre os Territórios Federais, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem.
 - B () A criação, a incorporação e a fusão de Municípios, far-se-ão por lei federal, salvo o desmembramento, que requer iniciativa própria.
 - C () A criação de novos Municípios dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - D () Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexarem a outros, salvo formarem novos Territórios Federais.
 - E () O desmembramento de um Estado requer a aprovação da população diretamente interessada, mediante plebiscito ou referendun, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
5. Assinale a alternativa correta quanto aos bens da União, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal:
- A () Pertencem à União e aos Municípios em que se situarem, as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
 - B () Pertencem à União os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
 - C () Quanto aos recursos minerais, inclusive os do subsolo, serão de propriedade da União em comunhão com o proprietário do solo, sob o qual são encontrados.
 - D () A faixa de até duzentos e quarenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
 - E () Pertencem à União os recursos minerais, salvo os relativos ao solo, que podem pertencer ao proprietário do imóvel, desde que o tenha registrado.
6. É incorreto afirmar quanto à competência privativa da União, conforme a Constituição Federal:
- A () É de competência privativa da União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.
 - B () É de competência privativa da União legislar sobre regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
 - C () É de competência privativa da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, tributário, espacial e do trabalho.
 - D () É de competência privativa da União legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes.
 - E () É de competência privativa da União legislar sobre requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

7. É correto afirmar, quanto aos Estados da Federação, de acordo com a Constituição Federal:
- A () Os Estados deverão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
 - B () Será de até quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais.
 - C () Aos Deputados Estaduais, serão aplicadas as regras constitucionais sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, salvo os impedimentos de incorporação às Forças Armadas.
 - D () O número de Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
 - E () A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver.
8. Assinale a alternativa correta quanto à intervenção, de acordo com a Constituição Federal:
- A () Quando um Estado deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, poderá o Município sofrer intervenção Federal.
 - B () Um dos motivos para intervenção Federal nos Estados é a necessidade de assegurar a observância da forma republicana, sistema representativo e regime democrático.
 - C () É vedado ao Estado intervir em seus Municípios, sempre que não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
 - D () A decretação da intervenção dependerá no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.
 - E () Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos serão definitivamente desligadas, salvo por direito adquirido.
9. É incorreto afirmar, quanto aos servidores públicos, de acordo com a Constituição Federal:
- A () Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário.
 - B () A previdência dos servidores é custeada pela contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.
 - C () Para a previdência dos servidores públicos serão observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 - D () Faculta aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarem anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
 - E () Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

10. Assinale a alternativa correta quanto às atribuições do Congresso Nacional:
- A () Definir sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal é competência exclusiva do Senado Federal.
 - B () A fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas é de iniciativa da Mesa do Congresso Nacional.
 - C () Cabe ao Congresso Nacional a organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.
 - D () É de competência subsidiária do Congresso Nacional, quando não proposto pelo Executivo, elaborar o plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado.
 - E () A concessão de anistia é competência privativa do Presidente da República, mediante referendium do Congresso Nacional.
11. Assinale a alternativa incorreta, considerando os deveres do Poder Público quanto ao meio ambiente, de acordo com a Constituição Federal:
- A () É dever do Poder Público promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - B () É dever do Poder Público preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
 - C () É dever do Poder Público preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
 - D () O Poder Público tem o dever de exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou quaisquer atividades, independentemente de seu potencial lesivo ao meio ambiente, o relatório de possíveis impactos socioeconômicos da atividade, a que se dará publicidade.
 - E () É dever do Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente.
12. Assinale a alternativa correta quanto à Ação Civil Pública:
- A () O objeto da ação civil pública é a condenação ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
 - B () As ações civis públicas serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
 - C () As pessoas jurídicas de direito público que têm legitimidade para a Ação Civil Pública são: a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
 - D () O Ministério Público será sempre parte nas Ações Civis Públicas, como fiscal da lei.
 - E () Haverá litisconsórcio obrigatório entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos objeto de Ação Civil Pública.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

13. Assinale a alternativa correta quanto à Ação Popular, conforme disposto na respectiva Lei:

- A () A admissão ao serviço público remunerado, com desobediência, quanto às condições de habilitação, das normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais, é um ato jurídico anulável.
- B () Será nula a compra e venda de bens móveis ou imóveis, quando não for cabível concorrência pública ou administrativa, sempre que o preço de venda dos bens for inferior ao concorrente no mercado, na época da operação.
- C () São plenamente anuláveis os atos lesivos ao patrimônio das entidades de direito público da administração direta, sempre que se constatar inexistência dos motivos alegados.
- D () A ação obedecerá rigorosamente ao procedimento ordinário, previsto no Código de Processo Civil.
- E () É facultado aos cidadãos brasileiros e/ou estrangeiros residentes há mais de 10 (dez) anos no país, habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

14. É incorreto afirmar, quanto à Ação Popular:

- A () A Ação Popular pode ser proposta contra atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios.
- B () A Ação Popular pode ser proposta contra atos lesivos ao patrimônio de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro, nas quais a União represente os segurados ausentes.
- C () A Ação Popular pode ser proposta contra atos lesivos ao patrimônio de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de trinta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- D () A Ação Popular pode ser proposta contra atos lesivos ao patrimônio de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.
- E () A Ação Popular pode ser proposta contra atos lesivos ao patrimônio de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

15. Assinale a alternativa correta conforme o disposto na Lei de Improbidade:

- A () Reputa-se agente público, para os efeitos da lei: todo aquele que exerce, por eleição ou nomeação, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades de direito público.
- B () Os agentes públicos de hierarquia superior são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- C () No caso de enriquecimento ilícito, a pena criminal para o agente público ou terceiro beneficiário, referente aos bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio será a de perdimento.
- D () O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- E () Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de genocídio, de narcotráfico, de contrabando e de usura, constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

16. É incorreto afirmar quanto à Lei de Improbidade:

- A () Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- B () A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- C () A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- D () A declaração de bens será atualizada a cada cinco anos e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- E () Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

17. É correto afirmar quanto às Ações Diretas de Inconstitucionalidade:

- A () A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias da lei ou do ato normativo impugnado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.
- B () Ao Presidente do Tribunal compete pedir informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.
- C () Após proposta a ação direta, não se admitirá desistência, salvo dentro dos primeiros 15 (quinze) dias.
- D () Têm legitimidade para propor a Ação, entre outros: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; a Mesa de Assembleia Legislativa ou a Mesa da Câmara de Vereadores dos Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes.
- E () Decorrido o prazo das informações, serão ouvidos, sucessivamente, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo de quinze dias.

18. É correto afirmar quanto ao Mandado de Segurança:

- A () Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, cabe à primeira afetada em ordem cronológica requerer o mandado de segurança.
- B () Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- C () Salvo em caso de urgência, é permitido, desde que observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- D () Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
- E () Não se concederá mandado de segurança quando se tratar, entre outros casos, de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito devolutivo.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

19. É correto afirmar, sobre o Mandado de Segurança:

- A () O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á, decorridos até 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- B () O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais.
- C () Como direitos individuais homogêneos protegidos por Mandado de Segurança Coletivo são entendidos, para efeito da Lei, os decorrentes de diferentes origens ou de atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- D () No mandado de segurança coletivo, a liminar não poderá ser concedida, salvo após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- E () Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes, a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, e aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

20. Assinale a alternativa incorreta quanto aos direitos sociais garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, de acordo com a Constituição Federal:

- A () Um dos direitos previstos é o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- B () A Constituição Federal estabelece o direito à relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou por justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.
- C () A Constituição Federal prevê o direito ao salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- D () Um dos direitos previstos é o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- E () A Constituição Federal estabelece o direito à garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

21. É correto afirmar, quanto aos Crimes praticados por funcionários públicos contra a Administração em Geral:

- A () Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio constitui Crime de Concussão.
- B () Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei constitui Crime de Peculato.
- C () Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem constitui Crime de Apropriação Indébita.
- D () Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida constitui Crime de Advocacia Administrativa.
- E () Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente constitui Crime de Condescendência Criminosa.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

22. É incorreto afirmar quanto aos Crimes praticados por particular contra a Administração em Geral:
- A () Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio constitui Crime de Resistência.
 - B () Pratica Crime de Prevaricação quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.
 - C () Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função constitui Crime de Tráfico de Influência.
 - D () Quem vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional ou de importação fraudulenta por parte de outrem incorre na mesma pena do Crime de Contrabando ou Descaminho.
 - E () Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem constitui Crime.
23. Assinale a alternativa correta quanto à Aplicação da Lei Penal, conforme o estabelecido no Código Penal:
- A () Aplica-se a lei brasileira, independentemente das convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
 - B () Aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
 - C () Estão sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.
 - D () A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, torna-se inaplicável.
 - E () Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, salvo as que se achem em alto-mar.
24. Quanto à Ação Penal, assinale a alternativa correta, de acordo com o disposto no Código de Processo Penal:
- A () Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, independente de requisição do Ministro da Justiça ou do ofendido.
 - B () Ocorrendo um crime, qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
 - C () Somente ao ofendido caberá intentar a ação privada.
 - D () No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - E () As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, desde que mediante representação por seus diretores.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

25. É incorreto afirmar, conforme o disposto no Código de Processo Penal:
- A () A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subsequentes do processo.
 - B () A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
 - C () A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
 - D () Ao Ministério Público cabe avaliar a pertinência e, conforme seu entendimento, poderá desistir da ação penal.
 - E () Se o querelado for mentalmente enfermo ou retardado mental e não tiver representante legal, ou colidirem os interesses deste com os do querelado, a aceitação do perdão caberá ao curador que o juiz lhe nomear.
26. Assinale a alternativa correta quanto às Provas no Processo Penal, conforme o Código de Processo Penal:
- A () À fotografia do documento se dará o mesmo valor do original.
 - B () A letra e firma dos documentos particulares para ter validade deverão ser submetidas a exame pericial.
 - C () As públicas-formas só terão valor quando conferidas com o original, em presença da autoridade.
 - D () Considera-se indício a circunstância, embora não provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra, ou outras circunstâncias.
 - E () É proibida a apreensão de qualquer documento que esteja em poder do defensor do acusado.
27. Assinale a alternativa correta quanto às Pessoas Jurídicas, de acordo com o estabelecido no Código Civil:
- A () As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, desde que o ato danoso seja praticado com dolo.
 - B () Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil.
 - C () Os partidos políticos, observadas as restrições legais, podem ser consideradas pessoas jurídicas de direito privado.
 - D () Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
 - E () Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, de ofício, deverá nomear-lhe administrador provisório.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

28. É incorreto afirmar quanto aos Bens, de acordo com o disposto no Código Civil:
- A () O direito à sucessão aberta considera-se imóvel para efeitos legais.
 - B () As energias que tenham valor econômico, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações e os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes, são bens móveis para efeitos legais.
 - C () São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
 - D () São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
 - E () Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são absolutamente inalienáveis.
29. Quanto aos Negócios Jurídicos, é correto afirmar, com base no disposto no Código Civil:
- A () No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
 - B () Nas declarações de vontade, havendo dúvida, prevalecerá o sentido literal da linguagem.
 - C () Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a lei brasileira, podendo ser acolhidos os usos do lugar de sua celebração.
 - D () A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, mas aproveita aos cointeressados capazes.
 - E () A validade da declaração de vontade obedecerá sempre à forma especial.
30. Assinale a alternativa correta, quanto aos Recursos, de acordo com o Código de Processo Civil:
- A () O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento obsta o andamento do processo.
 - B () O recorrente poderá, a qualquer tempo, mediante a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
 - C () Na apelação, nos embargos infringentes, no recurso ordinário, no recurso especial, no recurso de agravo e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 15 (quinze) dias.
 - D () No ato de contrarrazões do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
 - E () Havendo solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor aproveitará aos outros, quando as defesas opostas ao credor lhes forem comuns.
31. Assinale a alternativa correta, quanto ao Juiz, conforme o estabelecido no Código de Processo Civil:
- A () O juiz deve sempre julgar com base no princípio da equidade.
 - B () De acordo com o previsto em lei, o juiz titular que concluir a audiência fica vinculado ao processo e deverá, impreterivelmente, julgar a lide.
 - C () O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
 - D () É defeso ao juiz, enquanto substituto, exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha.
 - E () O juiz que violar o dever de abstenção, ou não se declarar suspeito, deverá ser recusado por qualquer das partes.
-



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

32. Com base no Código de Processo Civil, é correto afirmar que a petição inicial deverá conter:
- A () As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;
 - B () Os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor, do réu e das testemunhas arroladas;
 - C () O requerimento para a intimação do réu;
 - D () O pedido, de forma genérica;
 - E () O valor das custas a serem recolhidas.
33. É correto afirmar que a Lei da Ação Civil Pública aplica-se aos seguintes temas, salvo:
- A () Ordem urbanística;
 - B () Infração da ordem econômica e da economia popular;
 - C () Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
 - D () Consumidor;
 - E () Contribuições previdenciárias e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
34. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, conforme a Lei da Ação Civil Pública:
- A () Os seguintes entes públicos: União, Estados e Municípios.
 - B () A associação que, concomitantemente esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano e 6 (seis) meses, nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
 - C () A autarquia, empresa pública, as entidades resultantes das parcerias público-privadas, fundação ou sociedade de economia mista.
 - D () A Defensoria Pública.
 - E () A Advocacia-Geral da União.
35. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho:
- A () Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria ou subcontrata a prestação pessoal de serviço.
 - B () Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão não se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.
 - C () Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
 - D () Recebem tratamento legal distinto: trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.
 - E () Aplicam-se aos servidores de autarquias e empresas estatais.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

36. É incorreto afirmar, de acordo com o disposto no Código Nacional de Trânsito:
- A () Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meioambiente.
 - B () São consideradas vias terrestres todas as vias e praias abertas à circulação pública, salvo as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas.
 - C () Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
 - D () Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos, em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
 - E () O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.
37. Compõem o CONTRAN, exceto:
- A () Um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
 - B () Um representante do Ministério dos Transportes;
 - C () Um representante do Ministério da Educação e do Desporto;
 - D () Um representante do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;
 - E () Um representante do Ministério Público.
38. Assinale a alternativa correta de acordo com o estabelecido no Plano Diretor do Município de Sengés:
- A () A formulação e institucionalização das diretrizes do sistema viário, para orientar o arruamento nos novos loteamentos, de modo a melhorar o nível de acessibilidade intraurbana, é uma das diretrizes do Desenvolvimento Urbano e o Saneamento Ambiental.
 - B () A pavimentação de vias urbanas e estradas rurais, melhorando a acessibilidade a todos os bairros da Cidade e às localidades rurais é uma diretriz do Desenvolvimento Social.
 - C () A incorporação efetiva dos imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados junto ao processo de desenvolvimento urbano é uma diretriz do Desenvolvimento Econômico.
 - D () O envolvimento das lideranças comunitárias na formulação, gestão e manutenção dos serviços públicos, privilegiando a autodeterminação, em detrimento do assistencialismo, é uma das diretrizes do Desenvolvimento Urbano e o Saneamento Ambiental.
 - E () O apoio à melhoria da produtividade e da competitividade dos diversos setores produtivos é uma diretriz do Desenvolvimento Social.



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS/PR**

39. É correto afirmar que compõem o Plano Diretor do Município de Sengés, as leis a seguir relacionadas, exceto:
- A () Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
 - B () Lei de Edificações;
 - C () Código de Posturas;
 - D () Código de Obras;
 - E () Lei do Sistema Viário.
40. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com o disposto no Plano Diretor Municipal de Sengés:
- A () O Plano Diretor Municipal é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual da Administração Municipal incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
 - B () A Lei do Plano Diretor Municipal de Sengés prevê, entre os instrumentos jurídicos de políticas públicas: a instituição de zonas especiais de interesse social; o direito de preempção e a transferência do potencial construtivo.
 - C () É previsto pela Lei do Plano Diretor Municipal de Sengés o uso dos seguintes instrumentos tributários: imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana; contribuição de melhoria; incentivos e benefícios fiscais e financeiros.
 - D () A Comissão de Desenvolvimento Municipal constitui órgão superior do Sistema de Planejamento Municipal e tem caráter consultivo sobre os diferentes aspectos relacionados à implementação das diretrizes de Desenvolvimento.
 - E () Os instrumentos de natureza tributária serão utilizados com a finalidade extra fiscal de induzir ao ordenamento urbanístico e à justa distribuição social dos encargos da urbanização.